



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - BANESPA		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 000953/01	DATA: 19/09/01
INÍCIO: 15:16	TÉRMINO: 16:00	DURAÇÃO: 0:44
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 0:47	PÁGINAS: 20	QUARTOS: 10
REVISORES: ANTONIO MORGADO, ZILFA		
SUPERVISÃO: GILZA		
CONCATENAÇÃO: GILZA		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apreciação de requerimentos e eleição do 1º Vice-Presidente da CPI.

OBSERVAÇÕES

Há intervenções simultâneas ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião. Tendo em vista a distribuição de cópias de ata da 3ª reunião a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA – Peço a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LAMARTINE POSELLA – Sr. Presidente, eu gostaria de requerer que dispensasse a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Dispensada a leitura da ata a pedido dos Deputados Neuton Lima e Lamartine Posella. Em discussão a ata. Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovada. Fiz distribuir cópias das correspondências recebidas pela CPI, as quais estarão à disposição dos Srs. membros para análise na Secretaria da Comissão. Dentre os ofícios requeridos, quero destacar o ofício do Deputado José Lourenço, de 5 de setembro, comunicando sua renúncia ao cargo de 1º Vice-Presidente. Destaco também o Ofício nº 598, da Liderança do PMDB, indicando o Deputado Roland Lavigne para integrar esta CPI como titular, em substituição ao Deputado José Lourenço. E, por último, Ofício nº 622, da Liderança do PMDB, indicando o Deputado Roland Lavigne para o cargo de 1º Vice-Presidente desta Comissão. A presente reunião destina-se a: Item 1, em razão da renúncia do Deputado José Lourenço, vamos realizar a eleição do 1º Vice-Presidente, em conformidade com o parágrafo único do art. 40 do Regimento Interno; e o Item 2 é apreciação de requerimentos. Tendo em vista o fato de que nós precisaremos convocar os demais membros da Comissão para votação,



eu vou inverter a ordem da pauta, e vamos apreciar os requerimentos primeiramente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Não, a votação tem que ser nominal, Deputado. Então, nós faremos a votação e vamos alcançar o **quorum** tranquilamente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Com a palavra o Relator, Deputado Robson Tuma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Tem um requerimento de minha autoria, no qual peço a V.Exa. que coloque extrapauta, já que existe o apoio regimental dos Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Há um requerimento do Deputado Robson Tuma, ouvido o Plenário e nos termos do § 5º do art. 52 do Regimento Interno, solicitando a inclusão de requerimento de sua autoria na Ordem do Dia para apreciação imediata. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado. Vamos à apreciação do requerimento: “Sr. Presidente, requeiro, nos termos regimentais, que sejam convocados o Ministro de Estado da Fazenda, o Presidente do Banco Central do Brasil, o Diretor de Fiscalização do Banco Central do Brasil no dia da intervenção do BANESPA e durante todo o período de intervenção do BANESPA; o Ministro de Estado da Fazenda e o Presidente do Banco Central do Brasil na época da federalização e na época da privatização do BANESPA. Caso, em algum desses períodos anteriormente mencionados, tiver havido mais de um Ministro de Estado, Presidente



do Banco Central ou Diretor de Fiscalização do Banco Central, este requerimento deverá ser estendido a todos que assumiram tais funções”. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado. Sobre a mesa Requerimento nº 7, do Deputado Bispo Wanderval, requer sejam solicitadas ao Banco Central do Brasil as cópias dos contratos firmados entre o BANESPA e o BANESER, no período de 1º de dezembro de 1994 a 31 de dezembro de 2000, bem como a relação nominal da Diretoria no período e ainda a relação dos funcionários contratados com salário superior a 2 mil reais pelo BANESER. Em discussão a matéria. Não havendo oradores que queiram discutir, passa-se à votação. Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado. Sobre a mesa Requerimento nº 8, do Deputado Bispo Wanderval: requer sejam solicitadas ao Banco Central do Brasil cópias das fichas cadastrais das empresas, sócios e avalistas que foram lançadas a crédito em liquidação no período de 1º de dezembro de 1994 até 2000, nos termos que explicita. Em discussão a matéria. Não havendo oradores inscritos, passa-se à votação. Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado. Sobre a mesa Requerimento nº 9, do Deputado Bispo Wanderval, que requer sejam solicitados ao Banco Central do Brasil os documentos relativos à administração do BANESPA no que se refere à relação dos empréstimos efetuados que foram lançados em crédito em liquidação no período de 1º de dezembro de 1994 a 2000, nos termos que descreve. Em discussão a matéria. Não havendo oradores inscritos, passa-se à votação. Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado. Sobre a mesa Requerimento nº 8, do Deputado Bispo Wanderval, que requer sejam solicitadas ao Banco Central do Brasil cópias das fichas cadastrais das empresas, sócios e



avalistas que foram lançadas a crédito em liquidação no período de 1º de dezembro de 1994 a 2000, nos termos que explicita. Em discussão a matéria. Não havendo oradores inscritos, passa-se à votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado. Passemos agora ao Item 1 da pauta. Em razão da renúncia do Deputado...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Com a palavra o Relator, Deputado Robson Tuma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Eu gostaria de, nesse requerimento, deixar claro que, em sendo votado pela Comissão, se existir caráter sigiloso, obviamente, está explícito que estão quebrados esses sigilos. É que houve uma pergunta de um Parlamentar. Então, óbvio que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Se existe no caráter... a Comissão. Agora, se alguém aqui achar que não, obviamente, podemos apresentar, de imediato, um requerimento para votação extrapauta, dizendo que ficam quebrados esses sigilos, sejam transferidos para esta Casa, se houver a necessidade. Eu acredito que não, a assessoria da Casa também não, porque fica explícito que fica quebrado na aprovação dos requerimentos. Então, só para deixar claro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Deputado Robson Tuma, parece-me que não há... Todos esses documentos são documentos confidenciais e documentos sigilosos; portanto, se foi aprovado, eu acho que está implícita a quebra de sigilo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Exatamente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Mas, em todo caso, nós vamos verificar o requerimento que foi apresentado.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – O entendimento, Deputado Robson Tuma, da assessoria desta Comissão é no sentido de que não há necessidade de explicitar porque não há quebra de sigilo de pessoas. São documentos que estão sendo requeridos.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Só que para que, amanhã, não haja dúvida em nenhuma interpretação, nem o Banco Central alegue que não encaminhará porque não foi quebrado o sigilo, foi. E, se algum Parlamentar presente nesta reunião tem alguma dúvida, que a levante agora ou fica explícito que também foi feita a quebra de sigilo das informações, se houver necessidade das informações que houve necessidade.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Pois não, Deputado Neuton Lima.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA – A pergunta quem fez ao Deputado Robson Tuma fui eu quando estava sentado ao seu lado. Por entender que são documentos cadastrais, eu até entendo que há um sigilo, são documentos sigilosos do Banco. E, em sendo aprovado, também entendo que estaria sendo quebrado. Agora, a pergunta que eu faço a assessoria e a V.Exa., Sr. Presidente, é: será que não haveria necessidade de haver um requerimento quebrando esses sigilos para que o Banco Central não venha usar esses subterfúgios e não enviar essa documentação para nós? É essa minha dúvida, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Veja bem, com todo respeito a interpretações divergentes que possam surgir, eu, pessoalmente, entendo que esses documentos não são documentos... Eles seriam considerados sigilosos e se exigiria uma menção expressa à quebra de sigilo, se nós estivéssemos apontando nome de correntista ou nome de pessoa física ou jurídica. Nós não estamos fazendo isso, nós estamos fazendo um requerimento genérico. Portanto...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Mas não há nenhuma dificuldade quanto a isso, Deputado Neuton Lima, mesmo porque nós temos um outro requerimento aprovado, de autoria do Relator, que já prevê a requisição de todos os documentos, inclusive sigilosos do BANESPA, relativos ao período apontado. Então eu acredito que não haverá nenhuma dificuldade quanto a isso.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA – Sr. Presidente, compreendo perfeitamente a interpretação de V.Exa., mas quando suscitei a dúvida foi para que, exatamente...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Para que ficasse claro.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA – ...ficasse claro que não houvesse uma interpretação por parte do Banco Central no sentido: “Não, eu não vou enviar porque esses documentos têm o sigilo protegido e, portanto, não foram quebrados os sigilos”. Então, para que isso não fique implícito, deixamos aqui explicitamente aberto que, em sendo documentos sigilosos, a partir da aprovação dos documentos, esses documentos tiveram quebrados seus sigilos pela CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Perfeito.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA – É nesse sentido que eu gostaria de deixar registrado. E me parece que é a posição também do Relator.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Claro. Inclusive, na outra semana, já foram quebrados os sigilos de todos os documentos do BANESPA e que deveriam já ter sido encaminhados. Apesar disso, Sr. Presidente, eu gostaria... Eu acredito que já tenham passado quinze dias dos pedidos que foram feitos, e existe um prazo constitucional para ser cumprido, de quinze dias. Então, requeiro a V.Exa., através da assessoria, que encaminhe às autoridades competentes os documentos que ainda não vieram para esta Comissão, para que cumpram o prazo, sob a penalidade de responderem pelo crime de responsabilidade e, mais, pelo crime de obstrução aos trabalhos da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eu consulto o autor, Deputado Bispo Wanderval. Consulto o autor para que nós possamos aprovar o último pedido que fala das fichas cadastrais, se nós podemos acrescentar ao seu requerimento “ainda que sigilosos”.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL – Tudo bem, eu não faço nenhuma restrição. “Ainda que sigilosos”, tudo bem, não tem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Então fica acrescentado “ainda que sigilosos” e, com isso, nós evitamos qualquer problema, tá? Em votação, com a nova redação e alteração proposta. Quem estiver de acordo permaneça como se encontra. *(Pausa.)* Aprovado o requerimento. Também vou oficialar, nos termos que V.Exa. requer, para que os documentos sejam remetidos dentro do prazo legal, Deputado Robson Tuma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sr. Presidente, só para ressaltar que esta modificação no requerimento foi apenas em caráter preventivo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Preventivo...



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – ...pois, em outra sessão, foi votado um requerimento de autoria desse Relator pedindo, mesmo que sigilosos, todos os documentos referentes ao BANESPA. Então, só para ficar claro, para que jamais haja nenhuma outra interpretação. É claro que, em sendo um bacharel em Direito, sempre vou preservar os aspectos jurídicos, mas também sou um especialista em CPI e sempre que tiver a necessidade de conseguirmos um documento, esse Relator, obviamente, consultando também os assessores, não deixará que essa Comissão caia na penalidade de não ter o direito de ver aquilo que pediu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Muito obrigado, Sr. Relator. Passamos ao Item 1 da Ordem do Dia, conforme a inversão que foi feita. Como já disse antes, encontra-se sobre a mesa a indicação do Deputado Roland Lavigne para concorrer à 1ª Vice-Presidência pelo PMDB. Convido o Deputado Neuton Lima para auxiliar no processo de votação. Encontram-se, na cabine de votação, cédulas com o nome do candidato e também cédulas em branco. À medida que forem sendo chamados, os Srs. Deputados assinarão a folha de votação e, de posse da sobrecarta, devem dirigir-se à cabine e selecionar a cédula, colocando-a no envelope, o qual será depositado nesta urna. Solicito ao Deputado Neuton Lima que proceda à chamada dos membros titulares.

O SR. DEPUTADO ROLAND LAVIGNE – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Com a palavra o Deputado Roland Lavigne.

O SR. DEPUTADO ROLAND LAVIGNE – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria agradecer à Liderança do PMDB por ter me conduzido para esta Comissão e, em segundo lugar, agradecer a V.Exa. pela deferência de já, na primeira sessão, proceder a essa votação para um cargo que pertence ao nosso



partido. O Deputado José Lourenço, por questões pessoais, como V.Exa. leu o seu ofício, renunciou ao cargo de 1º Vice-Presidente, e eu gostaria de contar com o apoio dos nobres pares desta Comissão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Solicito ao Deputado Neuton Lima que proceda à chamada dos membros titulares e, em seguida, à dos suplentes, até que se complete o número da respectiva bancada.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA – Bloco PSDB/PTB, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eu gostaria, antes, que o Secretário da Comissão exibisse a urna indevassável.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA – Bloco PSDB/PTB, passamos à chamada: Deputado Anivaldo Vale. *(Pausa.)* Deputado Luiz Antonio Fleury. *(Pausa.)* Deputado Luiz Carlos Hauly. *(Pausa.)* Deputada Yeda Crusius. *(Pausa.)* Bloco PFL/PST: Deputado Chico Sardelli. *(Pausa.)* Deputado Corauci Sobrinho. *(Pausa.)* Deputado Robson Tuma. *(Pausa.)* Do PMDB: Deputado Lamartine Posella. *(Pausa.)* Deputado Marcelo Barbieri. *(Pausa.)* Deputado Roland Lavigne. *(Pausa.)* Do PT: Iara Bernardi. *(Pausa.)* Ricardo Berzoini. *(Pausa.)* Do PPB: Celso Russomanno. *(Pausa.)* Cunha Bueno. *(Pausa.)* Do Bloco PSB/PCdoB: Deputado Kincas Mattos. *(Pausa.)* Do Bloco PDT/PPS: Deputado Dr. Hélio. *(Pausa.)* Do Bloco PL/PSL: Bispo Wanderval. *(Pausa.)* E do PPS, nós temos aqui o Deputado José de Abreu. Vamos chamar agora os suplentes do Bloco PSDB/PTB: Deputado Alex Canziani *(Pausa.)*; Deputado Clovis Volpi *(Pausa.)*; Deputado Léo Alcântara *(Pausa.)*; Deputado Saulo Coelho. *(Pausa.)* Bloco PFL/PST: Deputado Luiz Durão *(Pausa.)*; Deputado Neuton Lima *(Pausa.)* Daqui a pouco estarei exercendo o meu voto. Do PMDB: Deputado João Eduardo Dado *(Pausa.)* O PMDB já está completo, exatamente. Do PT: Deputado José Pimentel *(Pausa.)* Do PPB: Deputado Wagner Salustiano. *(Pausa.)*



Do PSB/PCdoB: Deputado Aldo Rebelo. *(Pausa.)* Do Bloco PDT/PPS: Deputado João Herrmann Neto. *(Pausa.)* Vou exercer o meu exercício de voto.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sr. Presidente, como está no processo de votação — o Sr. Secretário está votando —, queria primeiro agradecer o Deputado José Lourenço pelos dias, apesar de terem sido poucos, mas S.Exa. esteve na Presidência desta Comissão enquanto havia aquele processo eleitoral, que foi um pouco complicado, e agiu de maneira correta, de maneira tranqüila, para que esse processo passasse numa forma, a mais absoluta tranqüilidade possível, que todos notaram. E também para dar as boas-vindas ao Deputado Roland Lavigne, Deputado baiano, um Deputado que eu tenho a certeza de que sempre V.Exa., Presidente desta Comissão, Deputado Luiz Antonio Fleury, estiver ausente, saberá com tranqüilidade conduzir os trabalhos desta Comissão, saberá com absoluta tranqüilidade conduzir os trabalhos da Comissão nos aspectos regimentais, nos aspectos da própria coerência da relação Parlamentar, porque muitas vezes há aquelas acirradas disputas verbais entre os Parlamentares e cabe ao Presidente conduzir, da melhor maneira possível, para que aquilo não se transforme num impedimento da continuidade dos trabalhos da Comissão. E eu tenho certeza de que V.Exa. tem todas essas qualidades, Deputado Roland Lavigne. Portanto, para mim vai ser um grande prazer não só trabalhar com V.Exa. como um novo membro desta Comissão, mas também — quem sabe? — como meu chefe, quando V.Exa. assumir a Presidência dela.

O SR. DEPUTADO ROLAND LAVIGNE – Muito obrigado, Deputado Robson Tuma.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA – Convidamos também a Deputada Yeda Crusius para exercer o seu direito de votar. Também convido o Deputado Luiz



Carlos Hauly para exercer o seu direito de voto. Vice-Presidente. Aqui é indicação do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eu suspendo a... Nós estamos em processo de votação. Nós vamos aguardar por dez minutos para encerrar.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Apesar de já ter dado **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Apesar de já termos os dez votos necessários para eleição do Deputado Roland Lavigne.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Com a palavra a Deputada Yeda Crusius.

A SRA. DEPUTADA YEDA CRUSIUS – Uma questão de ordem, Sr. Presidente, senhores membros da Comissão. É de nosso maior interesse dirimir quaisquer interrogações que existam sobre a questão que gerou a formação desta CPI. E, com esse intuito, creio ter sido a primeira a assinar um requerimento extrapauta, requerimento que me veio pela mão do Deputado Robson Tuma, a quem eu conheço, quem sabe, antes de ele ter nascido, ou ele pinta o cabelo, um dos dois. Mas eu assinei...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Fico muito feliz de V.Exa. já estar prestando atenção na minha pessoa, mesmo antes de eu vir ao mundo.

A SRA. DEPUTADA YEDA CRUSIUS – Sempre prestei. Exatamente. E eu assinei um requerimento. Creio que a minha questão de ordem vale. Quando eu entrei novamente nesta sala, eu vi que o **quorum** é extremamente baixo. E qualquer ação que tomarmos a iniciativa de ter e que terá o meu respaldo, como aqui teve com esta assinatura, eu creio que ela deve ser transparente para nós e para a



opinião pública. Um requerimento como esse exige votação e é muito importante. Agora que eu vi os termos totais do requerimento, eu acho extremamente importante esse requerimento, para que seja discutido no âmbito desta Comissão. Eu creio não haver **quorum** para isso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Para contraditar, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA YEDA CRUSIUS – Eu não gostaria de ter nenhuma outra tréplica antes de colocar esta minha questão de ordem. Quer dizer, é um requerimento que exige conhecimento dos membros da Comissão. Ele é muito importante. A minha assinatura está aqui, mas eu creio que não há **quorum** para uma votação tão importante quanto esta, que é dos mais altos mandatários da Nação no campo da economia, Ministério da Economia, composto dos dois, Banco Central. Então, a minha questão de ordem é esta: há **quorum** para colocarmos transparentemente em discussão e votação esse requerimento?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Nós estamos numa processo de votação, antes da contradita. Vale a contradita neste momento ou V.Exa. quer aguardar? Vale?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - Vale.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sr. Presidente, claro que sempre enobrece esta Comissão algum Parlamentar, principalmente do **status** da Ministra Yeda Crusius, falar nesta Comissão. Agora, o requerimento foi aprovado; houve **quorum** para iniciar os trabalhos da Comissão; a Comissão continuou com seu trabalho. Houve votações de requerimentos, inclusive este de extrapauta, em que a



Deputada assinou, inclusive este. Neste momento não foi pedida verificação de votação. Porém, mesmo se houvesse sido pedida naquele momento, haveria **quorum**. Tanto é que minutos, segundos depois, entramos num processo de votação para eleger o Deputado Roland Lavigne a Vice-Presidente desta Comissão e já temos o **quorum** suficiente para se aprovar sejam requerimentos, seja eleição de membros da Mesa, para o qual o **quorum** mínimo seria de dez Parlamentares, que neste momento já existe. Inclusive V.Exa. pode encerrar a qualquer momento a votação da eleição do cargo da Mesa. Ou seja, não houve, em nenhum momento, nenhuma falta de **quorum** para aprovação desses requerimentos. Portanto, a meu entender, a questão de ordem da Deputado Yeda Crusius se torna improcedente no momento em que há **quorum**. É claro que há **quorum**, tanto é que iniciamos os trabalhos da Comissão, discutimos requerimentos, votamos requerimento. E, agora, na necessidade de uma votação nominal, há **quorum** também. Esta sessão cairia se neste momento não houvesse o número regimental para continuá-la, ou seja, não houvesse dez Parlamentares, que seria o número mínimo regimental para isso. É claro que a assessoria do Governo, sempre que entra um Parlamentar do Governo, vai pedir para que... Agora, eu admiro e respeito muito o Ministro Malan — admiro e respeito muito. E tenho certeza absoluta que ele não se sentirá constrangido, em nenhum momento, em vir a esta Comissão e prestar os esclarecimentos, assim como os ex-Ministros virão. Eu tenho certeza absoluta de que nem o Ministro Pedro Malan, por quem eu tenho uma profunda admiração, nem o Presidente do Banco Central deste momento e de momentos anteriores se sentirão constrangidos em vir aqui. Absolutamente. Bem pelo contrário, virão aqui nos esclarecer o que realmente aconteceu com o BANESPA e o que realmente o levou, naquele momento, à interferência federal na sua intervenção. Então, eu tenho certeza absoluta de que o



Ministro obviamente terá condições de marcar. Ninguém aqui vai exigir que ele venha num dia em que não pode, nem o Presidente do Banco Central; ao contrário, vai até ajudar esta Comissão, porque ele vai se sentir tranquilo em poder contar realmente o que levou a tomar decisões importantes no passado em relação a esse banco, que era do Estado de São Paulo, era do povo de São Paulo. E alguma explicação não só nós, Parlamentares da CPI, mas a população de São Paulo merece. Talvez esse seja o grande e melhor momento para esse esclarecimento. Então, aqui fica, Sr. Presidente, a minha contradita em relação a isso. Houve **quorum**; iniciaram-se os trabalhos da Comissão; houve votações e discussões de vários requerimentos, inclusive este extrapauta, para o qual a Deputada me deu apoio, a meu pedido. Foi votado o requerimento. E no momento em que se pedisse a votação nominal, se faria, que é neste momento em que há eleição de um membro da Mesa que a eleição nominal acontece e que o **quorum** já foi tranquilamente alcançado. Tanto é que V.Exa. começou a votação; o Sr. Secretário terminou de ler os nomes e V.Exa. disse: "Já temos **quorum**, mas, mesmo assim, vamos dar uma tolerância de dez minutos, para que eles cheguem", que inclusive acho que até já acabou. Se V.Exa. quiser pode encerrar. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Pois não, Deputado.

A SRA. DEPUTADA YEDA CRUSIUS – Sr. Presidente, a minha questão de ordem é uma questão técnica. Eu não tenho a menor dúvida de que qualquer um Ministro deste Governo, qualquer pessoa que tenha ocupado a direção ou a Presidência do Banco Central se negará a prestar esclarecimentos de algo que a sociedade pede que seja totalmente esclarecido. Por isso, estamos aqui. A minha questão de ordem não tem a ver com o tipo de sentimento que o Ministro Malan terá ou não terá cada vez que pisar nesta Casa atendendo a um convite para aqui vir



esclarecer o que quer que seja. A minha questão de ordem, já feita em outras Comissões anteriores, e que nesta, eu creio que mais ainda pela qualidade da composição dos membros desta CPI, deverá ser feita com a máxima transparência, com o cuidado requerido em cada ação que formos julgar nesta nossa CPI. O requerimento, que conta com minha assinatura, foi assinado por um terço dos membros, como manda nosso Regimento Interno. A importância e o conteúdo desse requerimento é que deveria ser sujeita — e aí minha questão de ordem — a uma votação nominal aqui. Estamos acompanhados pela imprensa; estamos acompanhados pela Consultoria, pela Assessoria da Casa e, portanto, minha questão de ordem eu quero que permaneça, retirados quaisquer adjetivos sobre sentimentos que possam vir a ter pessoas que aqui atendam aos nossos convites.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Esta Presidência tem pleno conhecimento da exigência regimental quanto à aprovação do requerimento por maioria absoluta, bem como de sua conseqüente exigência de votação nominal, conforme dispõe o art. 52, § 5º, combinado com o art. 186, inciso I. Todavia, devemos considerar também o disposto no § 2º do art. 56, o qual eu passo a ler: “Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações das Comissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros, prevalecendo, em caso de empate, o voto do Relator”. Bem como o art. 47, da Constituição Federal, que dispõe: “Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros”. Como não há disposição constitucional determinando o **quorum** especial para o caso do § 5º do art. 52 do Regimento Interno, nós somos obrigados a cumprir o disposto na Carta Magna, ou seja, votação simbólica por maioria simples. Havia **quorum**. Nós temos treze



Deputados que assinaram um livro. Foi aprovado, por unanimidade dos presentes, naquele momento, Deputada Yeda Crusius. E quanto ao pedido de verificação, já não cabe mais neste momento. Agora, de qualquer forma, a preocupação de V.Exa. é procedente, sem dúvida alguma, mas nós temos vários outros depoentes que serão ouvidos, e nós faremos de tal forma que a oitiva dos Srs. Ministros, ex-Ministros, ex-Presidentes do Banco Central se faça no momento oportuno e com todo o respeito e consideração que eles merecem desta Casa.

A SRA. DEPUTADA YEDA CRUSIUS – Certamente, Sr. Presidente, é isso que ocorrerá. Isso faz parte exatamente da qualidade desta Comissão, a partir dos seus membros. Mas já acontecendo em outras ocasiões o mesmo tipo de questionamento que estou aqui apondo nessa questão de ordem, de duas maneiras a questão foi resolvida. Ela foi resolvida por uma compreensão da Presidência da Comissão, dizendo: “Havendo qualquer tipo de dúvida ou litígio, poderemos colocar isso em votação agora, nominal”. Eu posso requerer alguma coisa aqui ou levar para uma próxima sessão desta mesma CPI. Quando isso não se dá, eu acho que nós temos e tivemos o cuidado na Comissão de Finanças, a partir do Líder Aécio Neves, de então, de questionar a Presidência da Casa. E a Presidência da Casa nos deu o seu parecer. E o seu parecer é reafirmando o contido no § 5º, do art. 52, exatamente para evitar que as votações sejam feitas de uma maneira não transparente. E ao final, e eu posso lhe passar cópia mais tarde, registre-se, para conhecimento e prática de todas as Comissões incluídas, as Especiais e as de Inquérito. A observância escrita no art. 52, § 5º, do Regimento Interno, significa que a inclusão de matéria extrapauta só poderá ocorrer a requerimento, por escrito, de um terço de seus membros, com a minha assinatura inclusive, aprovada pela maioria absoluta do respectivo colegiado em votação nominal. Então, V.Exa. me deu a resposta à



questão de ordem. Creio que ela é definitiva e eu anuncio a esta CPI que eu vou recorrer ao Plenário da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) - V.Exa. tem o direito de recorrer à Presidência da Câmara dos Deputados e não ao Plenário, Deputada. Mas, de qualquer forma, eu reafirmo que uma decisão da Presidência da Câmara não pode contrariar a Constituição do Brasil, que nós juramos respeitar e obedecer. E na Constituição consta com muita clareza o procedimento a ser seguido.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Pela ordem, Sr. Presidente. Só para deixar claro, a assessoria do Ministério da Fazenda, se tiver algum tipo de preocupação, que levante na hora, não chegue aqui uma hora depois de começar a Comissão e parecer que os Parlamentares aqui estão querendo criar qualquer tipo de constrangimento a quem quer que seja do Governo ou fora dele. Porque não é esta a intenção nem deste Relator nem de nenhum dos membros aqui. Agora está se colocando como se a votação fosse obscura. Não. Obscura para aqueles que estavam ausentes. Para aqueles que estavam presentes, ela foi absolutamente tranqüila, e houve ali um momento oportuno para se pedir a verificação. Então, eu requeiro, Sr. Presidente, que também comunique às assessorias dos Ministérios, que têm interesse aqui, quando V.Exa. marcar uma reunião. Talvez eles não tenham sabido que começaria às 14h30min.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Deputada Yeda Crusius.

A SRA. DEPUTADA YEDA CRUSIUS – Eu creio que, até para finalizar, as assessorias não têm tribuna. Portanto, eu requeiro que a discussão se processe entre aqueles que têm tribuna, por favor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eu só gostaria... A questão de ordem já foi decidida por esta Presidência e, portanto, passa a ser considerada matéria vencida. V.Exa. tem o direito de recorrer à Presidência da Câmara dos Deputados. Agora, quero deixar bem claro a V.Exa. que foi absolutamente transparente, acompanhado por todos que estavam aqui a votação anterior. Está certo? A questão que V.Exa. levanta é justa porque está no Regimento. Mas eu prefiro seguir o texto da Constituição. E me parece, **data venia**, que neste ponto o Regimento se choca diretamente com a Constituição. Mas nós vamos dar seguimento. O Deputado Chico Sardelli acaba de chegar, pode exercer o seu direito de voto. Em seguida...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA – Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar também que o Deputado Ricardo Berzoini irá exercer o seu direito de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Já exerceu.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA – O que já fez. E agora, também, a presença do Deputado Chico Sardelli para exercer o direito de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Vamos encerrar a votação assim que o Deputado Chico Sardelli depositar o seu voto na urna. *(Pausa.)* Está encerrada a votação. Convido o Deputado Ricardo Berzoini, juntamente com o Deputado Chico Sardelli, para que façam a escrutinação.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sr. Presidente, constam doze votos dentro da urna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Comunico que há coincidência entre o número de sobrecartas e o número de votantes que assinaram a lista. Passemos à apuração. Deputado Roland Lavigne, para 1º Vice-Presidente,



um voto. Deputado Roland Lavigne, dois votos. Deputado Roland Lavigne, três votos. Deputado Roland Lavigne, quatro votos. Deputado Roland Lavigne, cinco votos. Deputado Roland Lavigne, cinco votos. Deputado Roland Lavigne, seis votos. Deputado Roland Lavigne, sete votos. Deputado Roland Lavigne, oitos votos. Deputado Roland Lavigne, nove votos. Deputado Roland Lavigne, dez votos. Deputado Roland Lavigne, onze votos. Deputado Roland Lavigne, doze votos. Está encerrada a apuração. Vou proclamar o resultado. Para 1º Vice-Presidente, com doze votos, o Deputado Roland Lavigne, o qual declaro empossado. Quero agradecer aos escrutinadores desta eleição a colaboração. Consulto o nobre Deputado Roland Lavigne se deseja fazer uso da palavra. *(Pausa.)* Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO ROLAND LAVIGNE – Sr. Presidente, apenas para agradecer aos pares desta Comissão e me colocar à disposição de V.Exa. para auxiliar nos trabalhos, quando necessário, e ao Deputado Robson Tuma, Relator desta Comissão, e dizer que estarei sempre à disposição, trabalhando aqui para que esta Comissão transcorra na maior tranquilidade possível. Muito obrigado a todos que concordaram com a minha indicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Sr. Relator, Deputado Robson Tuma, solicito sua presença na Mesa. Nada mais havendo a tratar... Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA – Sr. Presidente, eu estarei ausente nos próximos dias. Estarei em missão durante cerca de dez dias. Então, eu pediria a V.Exa. que não marcasse a próxima convocação e que V.Exa. fizesse, através de ofício, posteriormente, para que eu converse com V.Exa. sobre esta missão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Antonio Fleury) – Eu atendo ao requerimento do Sr. Relator e declaro encerrada a presente reunião.